

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PJ PARA OBRA DE RECUPERAÇÃO EMERGENCIAL DO  
CASARÃO HISTÓRICO DE GUARAQUEÇABA  
TAJ LITORAL DO PARANÁ**

**1. INTRODUÇÃO**

O Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná – Programa TAJ Litoral do Paraná, foi criado em decorrência de um Termo de Acordo Judicial e tem como premissa a estruturação das unidades de conservação (UCs) do litoral do Paraná e a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades locais existentes em seu entorno ou dentro dessas áreas protegidas.

O Funbio - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade atua desde 1995 em todo o território nacional, sendo a Instituição responsável pela gestão dos recursos financeiros do Projeto, adquirindo bens e contratando serviços.

**2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio em Antonina-Guaraqueçaba abrange 4 (quatro) UCs Federais, a saber: Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, Estação Ecológica (Esec) de Guaraqueçaba, Parque Nacional (Parna) do Superagui e Reserva Biológica (Rebio) Bom Jesus. Os objetivos destas unidades transpõem a conservação da biodiversidade, de espécies e de processos naturais, mas também incluem o patrimônio cultural e histórico, visando o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentado das comunidades humanas locais e a melhoria da qualidade de vida.

O Casarão de Guaraqueçaba situado na sede municipal do município de Guaraqueçaba é uma edificação do Século XIX-período colonial, construído em 1880, com funções à época de suporte a transações portuárias da região (administração e armazém de produtos, como banana, palmito e outros). Imóvel com 144 anos, com a primeira reforma realizada por volta de 1985 e a segunda, parcialmente, em 2013.

É um imóvel histórico de dois pavimentos. Comprado pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) em 1985, com recursos do Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) para uso da SEMA como sede da Esec e da APA de Guaraqueçaba. Utilizado por pesquisadores a partir de dezembro 1987. Utilizado posteriormente como espaço cultural e Centro de Visitantes da APA e ESEC de Guaraqueçaba e o Parna de Superagui, integrantes do NGI até sua interdição pela Defesa Civil da Prefeitura Municipal em 2015, pelo arruinamento da cobertura. Atualmente possui dois Autos de Interdição total emitidos em 30/07/2015 e 07/06/2018 pela Defesa Civil Municipal, em suas atividades de apoio a atividades culturais e como Centro de Visitantes interditadas.

A estrutura predial encontra-se em estado muito precário em nível geral, devido à falta de manutenção preditiva e reforma anterior mal executada. Parte do telhado desabou em 18 de junho de 2022.

Foi adquirido pelo IBAMA como medida compensatória (compensação ambiental) aos impactos das obras de desassoreamento do canal de navegação da Ponta do Félix, em Antonina, Paraná. Na época, a intenção era transformar o Casarão em um centro de referência de Educação Ambiental. Em dezembro de 2007, após discussões nos Conselhos da APA de Guaraqueçaba, Esec de Guaraqueçaba e do Parna do Superagui, foi assinado o acordo de intenções referente a parceria do terminal portuário Ponta do Félix e IBAMA, que continha a previsão de aplicação de recursos destinado para a compra do Casarão. Desta feita, na Escritura do Casarão consta que em 2008 houve a cessão de direitos da ocupação de terreno da marinha e venda de benfeitorias da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza ao Terminais Portuários Ponta Félix S/A, sendo que o cessionário assumiu a obrigação de doar os direitos de ocupação e as benfeitorias ao IBAMA. O processo de transferência do Casarão ao Ibama, deu-se em 2010 por meio de escritura pública. Em 2024 a Superintendência do Patrimônio da União passou a cessão do casarão ao ICMBio.

Trata-se de IMÓVEL HISTÓRICO, constante da modelagem arquitetônica de época típica da urbanização do município de Guaraqueçaba e que não poderá ser enquadrado como serviço comum. Para a elaboração do projeto técnico de recuperação emergencial houve a necessidade de envolvimento de organismos públicos e privados de conservação de patrimônio histórico no processo, considerando se tratar de imóvel com potencial tombamento. Logo, inobstante se tratar de obra ou serviço de engenharia, a seleção da empresa deve ser feita observando a seleção por melhor técnica (aliada ou não a menor preço), apresentando-se os quesitos técnicos próprios de intervenção, com a participação das unidades do NGI e da coordenação do ICMBio competente (COPEA).

Como já citado, o IBAMA e mais recentemente o ICMBio fizeram uso histórico do referido patrimônio como centro de visitantes, enquanto sede das UCs vinculadas ao atual NGI Antonina-Guaraqueçaba. O turismo, visitação e interpretação ambiental são práticas que promovem o desenvolvimento local, regional e nacional e favorece o processo de sensibilização da sociedade na conservação do patrimônio natural e cultural. Portanto, o restauro emergencial do Casarão se justifica pela possibilidade de múltiplos usos, envolvendo a conservação o patrimônio natural e cultura, a educação ambiental e o fortalecimento do turismo na região das UCs do NGI Antonina Guaraqueçaba. Por último, por tratar-se de um dos prédios mais antigos e emblemáticos da cidade de Guaraqueçaba, percebe-se grande engajamento da sociedade civil local, na cobrança aos órgãos públicos para recuperação do Patrimônio Cultural. A iniciativa mais recente talvez seja a do Coletivo Salve o Casarão Histórico de Guaraqueçaba, o qual promoveu um inventário participativo e abaixo assinado com cerca de 2000 assinaturas, pedindo providências e o tombamento do patrimônio municipal.

### **3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**

Contratar PJ para executar obra de engenharia para recuperar emergencialmente (etapa 1) o Casarão Histórico de Guaraqueçaba, bem como para instrumentalizar a conclusão das referidas obras (Etapa 2) em benefício do antigo Casarão de Guaraqueçaba visando a sua adaptação para Centro de Educação Ambiental, incluindo memorial descritivo, planilha de orçamento de custos e cronograma, de acordo com o Projeto Básico de Restauro em benefício do Antigo Casarão de Guaraqueçaba, fruto do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023 - PATROCÍNIO CULTURAL, TÉCNICO E DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO lançado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR.

## **4. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Responsabilidades da empresa Contratada:**

A empresa contratada deverá:

- apoiar, monitorar e acompanhar tecnicamente e fisicamente, às suas expensas, a execução das obras da construção, com as seguintes atribuições, entre outras:
- autorizar a execução de cada fase da obra, verificando e acompanhando o planejamento da empresa construtora;
- convocar reuniões com o responsável técnico da empresa construtora;
- verificar a qualidade da execução dos serviços, podendo exigir a reparação e/ou a reexecução do(s) mesmo(s);
- verificar o “Diário de Obras” para tomar conhecimento de eventuais ocorrências;
- analisar em conjunto com a empresa a necessidade de eventuais modificações ou complementações de projeto, inclusive em relação à aplicação / quantidade de materiais, elaborando e apresentando as soluções técnicas para cada caso, contudo, visando sempre não onerar os custos da obra;
- submeter tais modificações ao Funbio e ICMBio, antes de aprová-las junto à empresa;
- acompanhar a aprovação pelo Funbio/ICMBio para tais modificações;
- verificar a qualidade dos materiais empregados na obra e se os mesmos estão em conformidade com o memorial descritivo e normas prescritas para esta obra;
- proceder às medições e atestar os serviços efetivamente executados e aprovados, emitindo o relatório das atividades em andamento e/ou concluídas, acompanhado de fotografias;
- planejar as visitas de fiscalização em conjunto com a empresa contratada e ICMBio com antecedência mínima de 10 dias úteis;
- manter contato permanente com a empresa contratada para acompanhamento das atividades, registrando as informações por e-mails, onde deverão estar copiados o Funbio e o ICMBio;
- emitir ART ou RRT para atividade de fiscalização da obra.

### **4.2 Insumos de responsabilidade da empresa a ser contratada:**

- Todo e qualquer material, mão de obra e equipamento necessário à execução dos serviços;
- Todas as despesas necessárias para viabilizar a Etapa 1 e instrumentar a Etapa 2;
- Emissão de RRT ou ART para a atividade de fiscalização da obra;

### **4.3 Responsabilidade técnica:**

- A empresa contratada deve possuir Responsável Técnico registrado junto ao CREA e/ ou CAU e possuir equipe técnica multidisciplinar, quando necessário, com profissionais habilitados e experientes nas suas áreas de atuação.
- A empresa contratada não poderá estar inadimplente junto ao CONTRATANTE e/ ou outros Órgãos Federais em razão de procedimentos e/ou contratos anteriores e deve possuir nível mínimo de formação e experiência exigidos pela CONTRATANTE.

- Os profissionais participantes da Equipe Técnica deverão ser os mesmos que assinarão as ARTs/ RRTs e o conjunto de documentos técnicos produzidos.
- A EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA da empresa contratada deverá conter os profissionais habilitados e qualificados de acordo com as exigências abaixo:
  - Registro e certidão de regularidade junto ao CREA e/ ou CAU;
  - Arquiteto(s) ou Engenheiro(s), graduado(s) com experiência mínima de 5 (cinco) anos em projetos com características e complexidade similares às especificidades da contratação, em cada uma das especialidades exigidas de projeto e complementares; Por “graduado” deve-se entender, profissional de Nível Superior graduado em profissão relacionada com os serviços que executará, vinculado ao sistema CAU ou CONFEA.
  - O profissional com Responsabilidade Técnica deverá apresentar obrigatoriamente, ao menos 2 (dois) Certificados de Responsabilidade Técnica emitidos pelo CREA ou pelo CAU, em serviços de restauração em imóveis históricos, atestados por Órgão Público

#### **4.4 Responsabilidades do Contratante:**

- Fornecer a localização exata para a realização do serviço
- Designar funcionário para estar presente para a fiscalização.

#### **4.5 Responsabilidades da Contratada:**

- Emissão de ART/ RRT;
- A empresa contratada deverá emitir e entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica/ Registro de Responsabilidade Técnica junto ao conselho responsável de todos os produtos contratados;

### **5. FORMAS DE PAGAMENTO**

O Pagamento será efetuado após execução e aprovação do serviço. O fornecedor deve enviar ao Funbio a Nota Fiscal para pagamento e o responsável deve proceder com o preenchimento do TRA no sistema Cérebro. Após aprovação do TRA o pagamento será efetuado em até 10 dias úteis.

A empresa contratada deverá apresentar Cronograma Executivo contemplando todas as entregas dos produtos com os respectivos valores do orçamento. O prazo máximo para a execução da Etapa 1 não deve ultrapassar os 6 (seis) meses. O prazo máximo para a execução da Etapa 2, não deve ultrapassar os 12 (doze) meses.